

## Comissão Mista quer mudar MP dos bancos

*Punição a auditores, obrigação do BC de deliberar coletivamente sobre intervenções e de prestar contas ao Senado são os principais pontos em estudo pelos senadores*



Os auditores que assinam como bons os balanços de bancos que apresentarem dificuldades nos 12 meses seguintes ao de sua publicação poderão ser descredenciados. A inovação poderá ser proposta em projeto de conversão à Medida Provisória nº 1.182, segundo informou o relator da MP, senador Vilson Kleinübing (PFL-SC).

Durante reunião informal com alguns membros da Comissão que examina a medida, ontem de manhã, Kleinübing antecipou outros pontos em torno dos quais há entendimento entre os membros do colegiado: obrigação de o Banco Central prestar contas,



Kleinübing

à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, de todas as intervenções no mercado financeiro; e dispositivo visando a explicitar que apenas a diretoria do BC, em decisão coletiva, poderá determinar intervenções, regimes de administração especial ou liquidações de instituições financeiras.

Kleinübing acrescentou que questões como proteção aos correntistas, bem como a punição dos acionistas controladores e dos administradores, são pontos da MP sobre os quais não há discordâncias.

■ **Leia mais sobre o tema na página 3.**

## Senadores iniciam agora a avaliação técnica do Sivam

As comissões do Senado que estão analisando o projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) decidiram ontem convocar para depoimentos, na terça-feira, o ex-secretário de Assuntos Estratégicos almirante Mário César Flores e o coordenador do projeto, brigadeiro Oliveira. Na quarta-feira, será ouvido o físico Rogério Cerqueira Leite.

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), na presidência dos trabalhos conjuntos das comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Fiscalização e Controle e de Assuntos Econômicos, afirmou que os depoimentos ligados à escuta telefônica na casa do ex-chefe do Cerimonial do Palácio do Planalto,

embaixador Júlio César Gomes dos Santos, estão encerrados. "Agora, vamos sair do grampo e analisar a parte técnica e financeira do Sivam", disse.

Já o relator da matéria, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), afirmou em entrevista que viu contradições nos depoimentos de quarta-feira do embaixador Júlio César, do dono da Líder Táxi Aéreo, José Afonso Assumpção, e do delegado Mário José Oliveira dos Santos, responsável pela escuta telefônica.

Antonio Carlos Magalhães espera que os trabalhos conjuntos das três comissões sobre o Sivam estejam encerrados daqui a 30 dias.

■ **Leia mais sobre o Sivam na página 3.**

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado (CRE) aprovou ontem, por unanimidade, a indicação do ex-presidente Itamar Franco para o cargo de embaixador do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos (OEA). **Página 2**

### NESTA EDIÇÃO

**Ademir registra protesto contra Lei de Patentes**

**Página 4**

**Odacir apela ao Bird por Rondônia**

O senador Odacir Soares (PFL-RO) pediu ao Banco Mundial que acelere a liberação dos recursos previstos para um plano de desenvolvimento de Rondônia. **Página 4**

### Aprovada jornada máxima para a área de enfermagem

O Senado aprovou ontem projeto de lei que fixa em 30 horas semanais a jornada máxima de trabalho dos profissionais de enfermagem. Oriundo da Câmara - onde foi apresentado pela então deputada e hoje senadora Benedita da Silva (PT-RJ) -, o projeto está pronto para ir à sanção presidencial. O Senado também aprovou a prorrogação por mais um ano da isenção de IPI na compra de veículos para taxistas e portadores de deficiência física. **Página 4**

## Alcântara homenageia instituto



Lúcio Alcântara

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) destacou ontem a inauguração nesta sexta-feira, em São Paulo, do Instituto Cultural Itaú, empreendimento cuja atuação, segundo informou, será voltada para o enriquecimento da arte e da cultura no país. Alcântara disse que o instituto nasce com o objetivo de promover a divulgação da cultura brasileira, buscando com isso alcançar todo o território nacional.

No mesmo discurso, Lúcio Alcântara elogiou o trabalho realizado pelo Centro Industrial do Ceará (CIC), cuja presidência será assumida hoje pelo empresário Jorge Parente Frota Júnior. Segundo o senador, esse empresário conduzirá uma instituição que já foi dirigida por figuras da maior importância no estado do Ceará, como o senador Beni Veras (PSDB), o governador Tasso Jereissati, Sérgio Machado, Assis Machado e Amarílio Macedo. Ele afirmou que a influência do CIC junto à sociedade cearense foi significativa durante o processo de redemocratização do país e na eleição de Tancredo Neves.

Indagado sobre sua participação no Projeto Sivam, Itamar Franco disse que autorizou a dispensa de licitação para a contratação, em seu governo, após ouvir o Conselho de Defesa Nacional, do qual fazem parte os presidentes do Senado e da Câmara.

# Comissão aprova indicação de Itamar para a OEA

*Ex-presidente lembra que dispensou licitação para o Projeto Sivam após ouvir o Conselho de Defesa Nacional*

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado (CRE) aprovou ontem, por unanimidade, a indicação do ex-presidente Itamar Franco para o cargo de embaixador do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos (OEA). Antes da decisão, a Comissão promoveu uma sabatina de duas horas, em reunião secreta.

Indagado sobre sua participação

no Projeto Sivam, Itamar Franco disse que autorizou a dispensa de licitação para a contratação, em seu governo, após ouvir o Conselho de Defesa Nacional, do qual fazem parte os presidentes do Senado e da Câmara.

O ex-presidente explicou que, do caráter secreto da reunião do conselho, não poderia revelar o conteúdo da ata sobre o Si-

vam. Mas afirmou ser favorável a que o Congresso requirite o documento, para análise.

A CRE aprovou também as indicações de Fernando Pedreira para o cargo de embaixador do Brasil junto à Unesco e de Cláudio Maria Henrique do Couto Lyra para embaixador em São Vicente e Granadina. As mensagens ainda serão submetidas à deliberação do plenário.

## Marluce destaca rádio e televisão na Amazônia

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) manifestou seu contentamento com a renovação da concessão da Rádio e TV Amazonas, aprovada ontem pelo Senado Federal. Ela afirmou que a empresa exerce um importante papel na integração da região Norte com o resto do País.

Conforme Marluce Pinto, a Rádio e TV Amazonas empre-



Marluce Pinto

ga atualmente 625 pessoas em diversos setores e faturou US\$ 12 milhões em 1994, tendo realizado, só neste ano, investimentos da ordem de US\$ 800 mil.

Na opinião da senadora, é graças a investimentos como esse que a região amazônica hoje está integrada ao resto do continente.

## Recursos para voto eletrônico

A Justiça Eleitoral terá um crédito adicional até o limite de R\$ 78,3 mil para comprar equipamentos destinados à votação eletrônica. O crédito foi aprovado pelo Congresso Nacional na noite de quarta-feira.

Outra autorização para abertura de crédito especial no Orçamento da União foi aprovada ontem pela Comissão Mista de Orçamento, presidida pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL), em favor da Justiça do Distrito Federal, no valor de até R\$ 3,16 milhões.

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE

Senador José Sarney

9h - Preside Sessão Ordinária do Senado.

### PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa do Senado

### PREVISÃO DOS TRABALHOS PARA A PRÓXIMA SEMANA

### PLENÁRIO

Terça-feira (05.12.95)

14h30 - Sessão Ordinária do Senado.

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*Redação final do PLS nº 186/95, que proíbe a nomeação de parentes para cargos em comissão, e dá outras providências (em discussão).

Comemoração Especial: O tempo destinado aos oradores da *Hora do Expediente* será dedicado à comemoração do centenário de fundação do Clube de Regatas Flamengo.

### COMISSÕES

Terça-feira (05.12.95)

10h - Comissão Mista de Orçamento

Pauta: Votação de créditos adicionais. Local: Plenário 09 - Câmara dos Deputados.

10h30 - Comissão Especial da Reforma Político-Partidária

Pauta: A ser definida. Local: Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

14h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a

MP nº 1.182/95, que dispõe sobre a responsabilidade solidária de controladores de instituições submetidas aos regimes de que tratam a Lei nº 6.024/74 e o Decreto-lei nº 2.321/87, sobre a indisponibilidade de seus bens, sobre privatização de instituições cujas ações sejam desapropriadas na forma do Decreto-lei nº 2.321/87, e dá outras providências.

Pauta: Assuntos da comissão. Local: Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho.

17h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a

MP nº 1.192/95, que dispõe sobre o valor total anual das mensalidades escolares, e dá outras providências.

Pauta: Instalação, eleição do presidente, vice-presidente e escolha do relator. Local: Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho.

## O CASO SIVAM

## Miranda denuncia irregularidade a FHC



Humberto Lucena

## Lucena critica MPs de fusão de bancos

A edição de medidas provisórias destinadas a salvar o setor financeiro foi criticada pelo senador Humberto Lucena (PMDB-PB). Na opinião do senador, o procedimento do Executivo ao autorizar o Banco Central a assumir débitos e aceitar títulos podres de bancos privados falidos como garantia de empréstimos contraria a Constituição, que prevê lei complementar para esses casos, conforme afirmou.

Lucena atacou também a manutenção dos benefícios fiscais para os bancos que encampem instituições falidas, argumentando que os bancos estaduais jamais tiveram esse tratamento.

É bem verdade que, após as intervenções de senadores, durante conversas com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, ocorreram algumas mudanças. Como, por exemplo, o comprometimento da parte do governo de exigir garantias reais nos empréstimos, envolvendo o patrimônio das empresas coligadas e bens dos administradores, assim como a exigência de relatórios sobre gastos públicos decorrentes das fusões - ponderou Humberto Lucena, ressaltando que objetivamente nada disso foi ainda definido.

Em carta encaminhada ao presidente Fernando Henrique Cardoso, o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado e relator do pedido de financiamento do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), afirma ter recebido na sexta-feira da semana passada documentos com "fortes indícios de irregularidades" no projeto. O presidente da República enviou ao Senado cópia da carta, para que os senadores examinem a denúncia.

Conforme Gilberto Miranda, a Comissão Coordenadora do projeto Sivam substituiu a empresa Westinghouse pela Martin-Marietta como subfor-

necedora de um grupo de radares transportáveis, seis meses depois que o projeto foi aprovado pelos senadores. Além disso, os radares da Martin-Marietta se encontram em fase de desenvolvimento e nunca foram instalados em qualquer país, o que contraria as próprias determinações da Comissão Coordenadora do Sivam.

Miranda informa que, em 21 de dezembro do ano passado, ao relatar o assunto, foi informado de que radares constavam na planilha da Raytheon, vencedora da licitação, por US\$ 165,2 milhões. Eram os mesmos radares fabricados pela



Miranda

Westinghouse. Agora, consta a empresa Martin-Marietta e o custo dos radares é de US\$ 116,6 milhões. A redução de preços poderia ser benéfica ao Brasil, mas o senador descobriu que, numa fase preliminar da licitação, os mesmos radares da Westinghouse aparecem na proposta de um grupo concorrente por apenas US\$ 74,8 milhões.

A Westinghouse, cujos radares foram preteridos, enviou carta de protesto ao governo brasileiro, mas nada foi feito, explicou Miranda. Para Gilberto Miranda, a mudança mostra "um superfaturamento de mais de US\$ 90 milhões, num único item".

Westinghouse, cujos radares foram preteridos, enviou carta de protesto ao governo brasileiro, mas nada foi feito, explicou Miranda. Para Gilberto Miranda, a mudança mostra "um superfaturamento de mais de US\$ 90 milhões, num único item".

## Delegado depõe e nega ter gravado fala de FHC

O delegado Mário José de Oliveira Santos, ex-diretor do Centro de Dados Operacionais da Polícia Federal, afirmou quarta-feira à noite, em depoimento às comissões do Senado que analisam o Sivam, que qualquer delegado federal tem autonomia para pedir a um juiz que seja autorizada escuta telefônica. Para isso, bastam suspeitas de que o telefone *grapeado* esteja sendo usado por pessoas envolvidas em tráfico de drogas.

O delegado assumiu perante os

integrantes das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Fiscalização e Controle, e de Assuntos Econômicos a responsabilidade pela escuta telefônica na casa do ex-chefe do Cerimonial do Palácio do Planalto, embaixador Júlio César Gomes dos Santos. Reafirmou ter recebido denúncias telefônicas anônimas e só descobriu que o embaixador era assessor do presidente dias depois. O delegado garantiu aos senadores que não foi feito nenhum *grampo* no Palácio do Planalto e que a escuta

não captou qualquer conversa do embaixador com o presidente Fernando Henrique Cardoso.

Depois de mostrar aos senadores um aparelho usado no *grampo*, Mário José de Oliveira se recusou a revelar publicamente o nome de um agente que o ajudou a identificar o embaixador, assim que "descobriu" que a escuta vinha sendo feita na casa de um alto funcionário da Presidência da República. Em reunião secreta com os senadores, depois do depoimento, o delegado mostrou o nome completo do agente.

## Episódio mostra o presidente exposto, diz Mauro

O caso Sivam, na opinião do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), serviu para mostrar a falta de canais de comunicação entre o Palácio do Planalto e o Legislativo. A seu ver, o presidente da República precisa sanar rapidamente essa dificuldade indicando para o Gabinete Civil uma pessoa de maior habilidade política. Mauro ainda criticou o academicismo dos burocratas que



Mauro

ocupam altos postos no governo.

O senador reconheceu que o presidente Fernando Henrique Cardoso tem gosto pela política, mas condenou os mecanismos de acesso e diálogo com o governo, afirmando que eles estão obstruídos.

Vocação para entender a dinâmica democrática e apetite para conversar são moedas escassas na burocracia que está enquistada nos postos-chaves do Executivo - afir-

mou Mauro Miranda.

Como exemplo, ele disse que, no Gabinete Civil, "onde havia portas abertas para ouvir, sentir, dissidentir ou conciliar, existe hoje o sítio fechado dos conciliábulos palacianos".

Os fatos mais recentes mostram que o presidente da República está dramaticamente exposto. O episódio rumoroso do Sivam exibiu um Palácio do Planalto sem amortecedores e sem pára-choques para absorver as pancadas - explicou o senador.

## Ademir critica Lei de Patentes



O senador Ademir Andraide (PSB-PA) destacou a vinda a Brasília de uma comissão de deputados estaduais gaúchos, a fim de manifestar-se contra a aprovação do projeto de Lei de Patentes. A comissão trouxe documento sustentando que o projeto, como se encontra, atenta contra a soberania nacional e o desenvolvimento brasileiro.

Ademir

## Dutra dá apoio a grupo sem-terra

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) manifestou a expectativa de que os governos federal e de Sergipe adotem imediatas providências no sentido de legalizar a situação de 900 famílias de trabalhadores desempregados que ocuparam uma área improdutiva de 4 mil hectares da usina Santa Clara. Segundo o senador, a usina encontra-se desativada há vários anos e a invasão foi motivada por uma questão de sobrevivência, depois de uma concentração que durou dois dias, no município de Capela.

## Sarney recebe José Rainha

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu, em audiência, José Rainha, líder dos Sem-Terra, que veio buscar apoio para a votação de legislação visando solucionar os conflitos no campo. Rainha estava acompanhado pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Marina Silva (PT-AC).

# Senado aprova jornada máxima para enfermagem

*Plenário também prorroga por mais um ano a isenção do IPI na compra de veículos por taxistas e portadores de deficiência física*

Os profissionais de enfermagem passarão a ter uma jornada máxima de trabalho de 30 horas semanais. Medida nesse sentido foi aprovada ontem pelo Senado e depende apenas da sanção presidencial para entrar em vigor. O projeto, originário da Câmara dos Deputados, é de iniciativa da hoje senadora Benedita da Silva e altera uma lei de 1995, que regulamenta o exercício das diferentes profissões da área.

O Senado também prorrogou por mais um ano a isenção do IPI na compra de veículos para taxistas e pessoas portadoras de deficiências físicas.

Foi rejeitado requerimento do senador Roberto Requião (PMDB-PR), que solicitava a apreciação da Lei de Patentes também pela Comissão de Educação.

A renovação de permissões e concessões outorgadas a 19 rádios e tevês foi aprovada, assim

como as permissões para a exploração de radiodifusão.

O líder do governo, Elcio Alvares (PFL-ES), defendeu o adiamento, por 15 dias, da votação do projeto que submete a privatização da Vale do Rio Doce à autorização do Congresso Nacional, contrapondo-se a requerimento de José Eduardo Dutra (PT-SE), autor da proposta, que pretendia votar ontem sua inclusão na pauta de votações.

## Odacir pede recursos do Bird para Rondônia

O senador Odacir Soares (PFL-RO) pediu ao Banco Mundial (Bird) que acelere a liberação dos recursos previstos para o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (Planaflo) e que aprove a licitação, já realizada, relativa à 2ª Aproximação



Odacir Soares

do Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico, projeto que dá continuidade ao programa de planejamento e orientação de políticas e diretrizes governamentais necessárias ao desenvolvimento harmônico e integrado do estado.

## Suassuna defende Proálcool

A reativação do Programa Nacional do Álcool (Proálcool) foi defendida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), ao alertar que "não devemos permitir que uma solução nacional e pioneira seja desacreditada pela falta de firmeza de nosso governo em manter um plano de tão grande importância estratégica".

O senador manifestou a convicção de que o programa permitirá ao Brasil livrar-se da dependência do petróleo, consolidando o álcool como fonte de energia alternativa não poluente. Além disso, conforme frisou, a reativação do parque sucro-alcooleiro possibilitará a geração de milhares de empregos.

## Para senadora, projeto corrige injustiças

Antes da votação de seu projeto que regulamenta as profissões relacionadas à área de enfermagem, Benedita da Silva pediu em discurso o apoio dos senadores, lembrando que o projeto tramita no Congresso desde 1989, quando foi apresentado por ela na Câmara dos Deputados. A proposta, segundo informou, estabelece um piso salarial e uma jornada de trabalho, corrigindo injustiças.

Benedita apresentou documento de apoio ao projeto com cerca de 3 mil assinaturas de participantes do 47º Congresso Brasileiro de Enfermagem, realizado em Goiânia entre 19 e 24 de novembro. Valmir Campelo (PTB-DF) e Bernardo Cabral (AM) apoiaram a proposta, depois aprovada pelo plenário.

### MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho  
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares  
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias  
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

### Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal  
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita  
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djalba Lima e Edson de Almeida  
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo e Mírcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano ■ Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.